

En Doiro,
antr'o Porto e Gaia

Estudos de Literatura Medieval Ibérica



Organização

JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA

revisão editorial

RAFAELA DA CÂMARA SILVA



estratégias criativas

PORTO

En Doiro, antr'o Porto e Gaia

Estudos de Literatura Medieval Ibérica





A IMAGEM DOS PORTUGUESES NA *CRÓNICA DE D. JUAN I* DE PERO LÓPEZ DE AYALA

NATÁLIA ALBINO PIRES

Escola Superior de Educação (IPC)/IELT-EISI (UNL)

npires@esec.pt

I. INTRODUÇÃO

A imagem do outro depende integralmente do «eu» que a descreve e que a constrói e é uma temática tão antiga como a história da humanidade. Das primeiras imagens icónicas do outro nas pinturas rupestres ou na arte paleolítica à imagem do outro no texto literário ao longo dos milénios, evidencia-se um longo processo (re)construtivo.

As descrições do outro, ao longo da história cultural da Humanidade, vão, com todas as dificuldades definitórias subjacentes a estes adjectivos, do grotesco ao belo e estão presentes em diversos âmbitos desde o literário ao filosófico (ao sociológico ou antropológico) da antiguidade até ao presente.

Do ponto de vista cultural, a noção do outro tem sido quase sempre construída a partir da perspectiva do ocidental, quer estejamos a reportar-nos a textos da antiguidade clássica ou do século xx, sendo de destacar as descrições do outro que se julgava existir nos territórios inabitados para lá do mundo conhecido¹; as risíveis descrições do outro patentes na literatura de viagens, tanto portuguesa como espanhola, inerentes à descoberta do Novo Mundo², as teorizações iluministas francesas sobre o outro, em especial a teoria do «bom selvagem», e, ainda, as referências ao outro enquanto inimigo territorial ou da Fé. Por outras palavras e pese embora a personagem referir-se às diferenças sociais entre homens e mulheres, a perspectivação do outro e a sua descrição são feitas «por

1. Cf. Isabel Barros Dias, «A Migração dos Portentos. Da Antiguidade a Fernão Mendes Pinto», em A. N. Pena, M. J. C. Relvas, R. C. Fonseca e T. Casal (orgs.), *Revisitar o Mito / Myths Revisited*, V. N. Famalicão, Húmus, 2015, pp. 749-762.

2. Lembramos, a título de exemplo, a *Carta de Achamento do Brasil*, de Pedro Álvares Cabral, a *Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa; o texto de Cristóvão Colombo sobre as Antilhas ou a *Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias* de Bartolomé de las Casas.

aquele que possui o poder da escrita» tal como lembra a burguesa de Bath na obra de Chaucer³.

Na Literatura, o percurso da construção da imagem do outro seria impossível de descrever no âmbito de um breve estudo porquanto se trata de um *topos* desenvolvido ao largo de séculos e, exactamente pelos mesmos motivos, também será inexequível traçar a sua presença no âmbito restrito de uma qualquer cultura particular.

Nesta medida, tendo em conta o seu contexto de redacção e as peculiaridades literárias e culturais que lhe subjazem, optamos por centrar a nossa atenção na crónica de Pero López de Ayala, mais especificamente na *Crónica de D. Juan I*.

Neste breve estudo procuraremos, então, analisar, à luz da imagologia, o constructo da imagem do outro, particularmente, a imagem do português/dos portugueses veiculada na *Crónica de D. Juan I*, de Pero López de Ayala.

I.I. CONTEXTO DA REDACÇÃO DA *CRÓNICA DE D. JUAN I*

Importa, desde já, salientar que não trataremos, neste espaço, pormenores da feitura das Crónicas nem aspectos relativos à sua importância para a justificação da dinastia dos Trastâmaras⁴ e que nos eximimos da problemática que envolve as diferentes edições da *Crónica de D. Juan I*.

A *Crónica de D. Juan I*, estudada principalmente no âmbito da historiografia e enquanto subtexto das crónicas lopianas, em particular da *Crónica de D. João I*, constitui parte de uma obra maior na qual o cronista castelhano inclui também o relato dos reinados de D. Pedro I, D. Enrique II e D. Enrique III. Consensualmente, os diferentes investigadores consideram que as crónicas terão sido escritas durante o reinado de Enrique III, não sendo excluída a possibilidade de os primeiros esboços terem sido traçados durante

3. *Apud* Ruy de Oliveira Andrade Filho e Ligia Cristina Carvalho, «A misoginia medieval e os seus ecos nos Lais de Maria de França», in *Revista Mirabilia*, 17 (2013), pp. 467-494, <http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2013_02_20.pdf>, [20/05/2015].

4. Para tal, há ao dispor do investigador diversos estudos, dos quais destacamos: Jorge Norberto Ferro, «El intertexto político en las crónicas del canceller Ayala», in *Incipit*, 10 (1990), pp. 65-89; Álvaro Galmés de Fuentes, *Épica árabe y épica castellana*, Barcelona, Ariel, 1978; Rafael Lapesa, *De Ayala a Ayala*, Madrid, Istmo Ediciones, 1988; Franco Meragalli, *La vida política del canceller de Ayala*, Milán, Instituto Editoriale Cisalpino, 1955; Michel García, *Obra y personalidad del canceller Ayala*, Madrid, Editorial Alhambra, 1983; Covadonga Valdaliso Casanova, «La obra crónica de Pedro López de Ayala y la sucesión monárquica en la corona de castilla», in *Edad Media – Revista de Historia*, 12 (2011), pp. 193-211.

5. Cf. Teresa Amado, *Fernão Lopes, contador de História: sobre a crónica de D. João I*, Lisboa, Estampa, 1997; João M. Santana de Matos, *A Crónica de D. Fernando de F. Lopes: problemas suscitados pelo aproveitamento de Ayala e outras fontes*, tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1991.

o cativo do cronista em Óbidos na sequência da batalha de Aljubarrota⁶. Embora tenham chegado ao presente a versão abreviada e a vulgar, de acordo com Ferro⁷, Gómez Redondo⁸, Moure⁹ ou Orduna¹⁰ o texto de que dispomos actualmente provém de uma única redacção que terá sido feita durante o reinado de Enrique III. García¹¹ questiona, no entanto, o posicionamento teórico dos autores referidos porquanto considera que não têm em conta todos os manuscritos conhecidos nem a sua filiação genética.

Da crónica ayalina objecto de reflexão neste estudo já foram dadas à estampa diversas edições¹². Salientamos a edição de Eugenio Llaguna¹³ que contém as emendas de Jerónimo Zurita por estar na base de edições modernas da obra e recordamos, sem quaisquer juízos valorativos, a edição de Soper¹⁴, a de Martín¹⁵ e a de Ferro¹⁶.

A *Crónica de D. Juan I* contempla os 12 anos de reinado do monarca (de 1379 a 1390), encontrando-se dividida em anos e cada ano em capítulos.

1.2. A IMAGEM DO *OUTRO*

Nas últimas décadas, o estudo das representações do *outro* tem-se desenvolvido sob a égide da imagologia, cujo objetivo principal «es el de revelar el valor ideológico y político que puedan tener ciertos aspectos de una obra literaria precisamente porque en ellos se

6. Cf. Michel García, «El modelo alfonsí en las crónicas del Canciller Ayala», in Georges Martin (ed.), *La Historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XIV)*, Madrid, Casa Velazquez, 1995, pp. 125-140.
7. Jorge Norberto Ferro, «Apuntes para una tentativa de edición crítica de la *Crónica de Juan I*», in *Incipit*, 23 (2003), pp. 79-89 e *Pero López de Ayala. Crónica del Rey Don Juan Primero*, ed. Jorge Norberto Ferro, Buenos Aires, SECRI, 2009.
8. Fernando Gómez Redondo, *Historia de la prosa Medieval Castellana*, Madrid, Cátedra, 1999, vol. II.
9. José Luis Moure, *La llamada «Crónica Abreviada» del Canciller Pero López de Ayala*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade de Buenos Aires, 1991.
10. Germán Orduna, *Pero López de Ayala, Crónica del Rey Don Pedro y del Rey Don Enrique, su hermano, hijos del Rey Don Alfonso Onceno*, Buenos Aires, SECRI, 1994.
11. Michel García, «*Crónica del rey don Juan Primero* de Pero López de Ayala», in *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*, 39 (2010), pp. 255-306.
12. Para o estudo dos manuscritos conhecidos e das edições da crónica, cf. Ferro, «Apuntes para una tentativa...», pp. 79-89 e do mesmo autor, *Pero López de Ayala. Crónica del Rey Don Juan Primero*; García, «*Crónica del rey don Juan Primero...*», pp. 255-306.
13. *Crónicas de los Reyes de Castilla*, ed. Eugenio Llaguna, Madrid, Imprenta de D. Antonio Sancho, 1780, vol. II.
14. *Las Crónicas de Pero López de Ayala*, ed. Cherrie L. Soper, Zaragoza, Ebro, 1975.
15. *Pero López de Ayala. Crónicas*, ed. José Luis Martín, Barcelona, Planeta, 1991. Segundo Valdaliso Casanova (*ibidem*, p. 199), a edição de Martín é a reprodução do texto editado no século XIX por Cayetano Rossell.
16. *Pero López de Ayala. Crónica del Rey Don Juan Primero*, ed. Ferro. Tendo em conta a polémica envolvente às edições modernas da obra, optamos por citar pela edição de Eugenio Llaguna.

condensan las ideas que un autor comparte con el medio social y cultural en que vive»¹⁷. Por conseguinte, a imagologia

«studies the origin and function of characteristics of other countries and people, as expressed textually, particularly in the way in which they are presented in works of literature, plays, poems, travel books and essays»¹⁸.

Antes de se proceder à análise da imagem dos portugueses veiculada na *Crónica de D. Juan I*, importa ter presente que «medieval-Christian images of the Other are fraught with ambiguities»¹⁹. Importa também, tal como lembram Beller e Leersson²⁰, distinguir os diferentes «Outros» percebidos no mundo medieval pelas populações: a) os estrangeiros cristãos ou não cristãos que visitam os reinos; b) os reinos cristãos vizinhos ou não vizinhos e c) os não cristãos que vivem fora da cristandade. Por fim, importa não descurar que «wars and battles are always occasions to vilify the enemy, no matter how closely related or situated»²¹.

Nesta medida, López de Ayala «es un hombre de su tiempo, culto, con intensa actuación y vasta experiencia en el quehacer político, que discurre sobre estos temas de modo no sistemático. El Canciller – poeta, traductor, cronista y hombre de acción – participa, sin cuestionamientos ni objeciones, de la atmósfera cultural y valorativa de su tiempo y de su medio social»²², construindo, através das suas opções estilísticas, intencionais ou fortuitas, a imagem dos monarcas em conflito (D. Fernando, D. João I, Mestre de Avis, e D. Juan I) e dos Homens de cada reino.

2. A IMAGEM DOS PORTUGUESES NA *CRÓNICA DE D. JUAN I*

A cronística de López de Ayala, particularmente a *Crónica de D. Juan I*, ainda que estudada maioritariamente como fonte historiográfica, facultanos, então, um conjunto de constructos imagísticos, tanto da facção portuguesa como da castelhana.

Os dados históricos apresentados pelo cronista visam guardar memória dos factos porquanto «la memoria de los omes es muy flaca, é non se puede acordar de todas las cosas que en el tiempo pasado acaescieron»²³. Não obstante, segundo Ferro, esses dados

17. Nora Moll, «Imágenes del otro», in Armando Gnisci (org), *Introducción a la literatura comparada* Barcelona, Crítica, 2002, p. 349.

18. Mafred Beller e Joep Leerssen (eds.), *Imagology: the cultural construction and literary representation of national characters*, Amesterdão – Nova Iorque, Rodopi, 2007, p. 7.

19. *Ibidem*, p. 53.

20. *Ibidem*, pp. 53-54.

21. *Ibidem*, p. 57.

22. Ferro, «El intertexto político...», pp. 65-89, p. 65.

23. *Crónicas de los Reyes de Castilla*, ed. Llaguna, p. XVII.

históricos são estilisticamente reelaborados «para provocar determinados efectos en el lector e inducir de este modo cierta “lectura” de los hechos presentados»²⁴.

Ao longo da *Crónica* fica, de um modo geral, patente a economia de adjetivos utilizados pelo cronista que, deste modo, atribui ao relato o tom de objectividade que ele próprio preconiza no seu Prólogo. Em relação aos portugueses, contrastam, primeiramente, as referências feitas até à morte do rei D. Fernando e as que são feitas após o início da querela pela sucessão ao trono. Seguidamente, contrastam as referências feitas a figuras portuguesas específicas e ao colectivo «portugueses».

2.1. A IMAGEM DOS PORTUGUESES ATÉ À MORTE DE D. FERNANDO

D. Juan I herdou do reinado de seu pai, D. Enrique II, as incursões bélicas de D. Fernando em território castelhano. Obrigado a defender o território, a guerra de fronteira entre ambos os reinos, Portugal e Castela, prolongou-se até à morte do monarca português, relatando-nos o cronista alguns dos episódios bélicos na *Crónica de D. Juan I*.

Da análise dos episódios destaca-se, sobretudo, a objectividade do cronista que não tece quaisquer juízos de valor sobre os portugueses envolvidos. Atente-se, por exemplo, no episódio em que as galés castelhanas comandadas por Fernando Sánchez Tovar dizimam a frota de galés portuguesas aprisionando João Afonso Telo, irmão da Rainha D. Leonor Teles (Ano Terceiro, cap. IV):

«En estos días que estas cosas así pasaron llegaron al Rey Don Juan nuevas como Don Ferrand Sanchez de Tovar su Almirante mayor de Castilla, com diez é siete galeas que fueran armadas en Sevilla, peleára con la flota del Rey de Portugal, que eran veinte é tres galeas, cerca de Saltes, é que la desbaratára, é tomara veinte galeas de los Portugueses, é al Almirante de Portugal que decian Don Juan Alfonso Tello, hermano de la Reyna Doña Leonor de Portugal, é que todas las Compañas é Caballeros que venian en ellas eran muertos, ó presos, é que los avian levado á Sevilla: é fué esta batalla á diez dias de Julio deste dicho año»²⁵.

A mesma objectividade narrativa, encontramos-la no episódio da preparação da batalha nos campos de Elvas/Badajoz (Ano Quarto, cap. I):

«E el Rey de Portugal, é Mosen Aymon llegaron á Yelves, que es á tres leguas de un logar al otro: é cada uno de los Reyes ordenó su batalla. E el Rey de Portugal tenia tres mil Omes de armas de los Fijos-dalgo de su Regno: é Mosen Aymon tenia

24. Jorge Norberto Ferro, «Ayala y Aljubarrota: actitud didáctica y locus doctrinal», in *Studia Hispanica Medievalia II*, Buenos Aires, UCA – Fac. Filosofía y Letras, 1990, p. 58.

25. *Crónicas de los Reyes de Castilla*, ed. Llaguna, p. 153.

mil Omes de armas de Ingleses, é mil Frecheros. E cada uno de los Reyes avia asaz Compañias de pie»²⁶.

A batalha não chega a efectivar-se porque «ovo ende algunos que querian paz, é trataron entre ellos algunas maneras de sosiego»²⁷.

Até ao episódio da morte do rei D. Fernando (Ano Quinto, cap. VII), salienta-se do relato a objectividade e a total omissão de caracterização dos portugueses, inclusive de D. Fernando, sendo apenas reiterada a referência ao facto de ambos os monarcas serem primos direitos.

Parece-nos que se trata de omissões intencionais e de uma marca estilística com um propósito bem definido. O cronista pretende justificar as futuras pretensões de D. Juan I ao trono português, por isso não pode veicular uma imagem negativa do monarca português. Na realidade, a partir da batalha de Elvas/Badajoz que não chega a efectivar-se, D. Fernando é-nos apresentado como um rei empenhado na restauração da paz com Castela, ainda que num primeiro momento assegurando a independência de ambos os reinos (Ano Quarto, cap. II):

«E esto queria el Rey de Portugal, porque el Infante D. Ferrando, casando com su fija Doña Beatriz, seria Rey de Portugal, é non se mesclaria aquel Regno com el Regno de Castilla, lo que no avria lugar si casase con el Infante Don Enrique»²⁸.

Surpreendentemente, após a morte da rainha D. Beatriz, D. Fernando é-nos apresentado como desejoso da união dinástica:

«é vinieron á él (...) Mensageros del Rey de Portugal, é dixeronle, que el rey de Portugal le enviaba decir, que pues él era viudo, é non tenia muger, que le placeria si él quisiese casar con la Infanta Doña Beatriz su fija, que avria entre ellos mas bien, é mas sosiego (...) é si el Rey de Castilla la oviese por muger, que después de sus dias del Rey Don Ferrando fincaría Rey de Portugal por razón de su muger la Infanta, que era heredera de aquel Regno»²⁹.

2.2. A IMAGEM DOS PORTUGUESES DURANTE A CRISE DE SUCESSÃO DINÁSTICA (1383/1385)

O início da querela pela sucessão ao trono de Portugal marca também o aumento das referências aos portugueses. Não obstante e salvo raras excepções, não encontramos

26. *Ibidem*, p. 157.

27. *Ibidem*, p. 158.

28. *Ibidem*, p. 159.

29. *Ibidem*, p. 161.

caracterizações directas das figuras referenciadas. Na realidade, o cronista obriga-nos, ao longo do relato, a subentender das suas palavras e dos factos que apresenta a caracterização dos portugueses, quer se trate de figuras particulares quer do colectivo. Assim, à excepção de alguns apoiantes da facção castelhana, os portugueses em geral são apresentados como traidores e interesseiros/oportunistas, salientando-se a figura do Mestre de Avis caracterizado como traidor e ambicioso.

A única caracterização directa de um português trata-se da caracterização do Bispo da Guarda, chanceler da rainha D. Beatriz (filha de D. Fernando e à época do conflito mulher de D. Juan I), que nos é apresentado como um homem bom e honrado³⁰. Voluntarioso, oferece-se para abrir as portas da cidade da Guarda a D. Juan I, recebendo o monarca «con su Clerecia» e «con la mejor solemnidad que él pudo»³¹. No entanto, lembre-se que este português apoia incondicionalmente a facção castelhana.

A figura central da facção portuguesa no conflito pela sucessão dinástica é o Mestre de Avis, futuro rei de Portugal, D. João I. Na boca dos conselheiros régios de D. Juan I ou destacando determinadas acções bélicas do Mestre de Avis, o cronista transmite a imagem de um homem ambicioso e que não hesita em trair os juramentos de fidelidade em prol da sua ambição.

A ambição do Mestre de Avis fica patente em diversos momentos da narrativa. Em Lisboa, depois de expulsar a rainha D. Leonor Teles, o cronista faz saber que o Mestre de Avis aceita apoderar-se cada vez mais da cidade porque possui um desejo de poder: «pero esto decian que facia el Maestre Davis por se apoderar mas cada dia, teniendo quel avria parte en el Regno, segund despues paresció»³². Durante o cerco de Lisboa e aquando do encontro com o mensageiro de D. Juan I, Pero Fernández de Velasco, o Mestre de Avis propõe-se ficar governador do reino até que nasça um herdeiro da rainha D. Beatriz, recusando determinantemente qualquer regedor ou governador castelhano para o reino³³. Nas cortes de Coimbra, perante a possibilidade de ser rei em vez de apenas regente do reino enquanto não fosse libertado o Infante D. João, filho de Inês de Castro, que o rei D. Juan I mandara prender para evitar a sublevação do reino de Portugal contra os desígnios de D. Fernando de unificação das coroas, o Mestre faz valer a sua ambição:

«empero despues desto, los que decian que era mejor consejo que él por si fuese Rey ovo de valer su opinion. E al Maestre Davis, que tenia el poderio, plogole dello: é

30. *Ibidem*, p. 179.

31. *Ibidem*, p. 180.

32. *Ibidem*, p. 189.

33. «que el Maestre Davis decía, que si al Rey de Castilla ploguiese que el dicho Maestre fuese Gobernador del Regno de Portugal fasta que el Rey oviese fijo de la Reyna Doña Beatriz su muger, é que oviese aquel poder del governmento como le avia de tener la Reyna Doña Leonor (...). E el Maestre Davis dixole, que en ninguna manera non lo consentiria el Regno de Portugal, que Caballero de Castilla fuese Regidor nin Gobernador» (*ibidem*, p. 196).

tomaronle por Rey (...) E alli luego en la cibdad de Coimbra fué llamado Rey de Portugal el dicho Maestre Davis»³⁴.

No Conselho reunido por D. Juan I em Ciudad Rodrigo, um conselheiro lembra a ambição do Mestre de Avis, apoiada por «omes de armas e frecheiros» ingleses e reforçada pela vitória na Batalha de Trancoso³⁵. No primeiro encontro com o Duque de Lencastre, D. João I, além de acordar o seu casamento com a Infanta D. Filipa, filha do Duque, requer-lhe a concessão de terras em território castelhano em troca da sua ajuda na conquista do trono de Castela³⁶. E no encontro que ambos têm na cidade do Porto antes da partida do Duque de Lencastre para Inglaterra, D. João I exige-lhe que dote a filha e lhe pague o que ficara acordado antes da incursão bélica em Castela.

Neste encontro entre o Duque de Lencastre e o Mestre de Avis, o cronista, além de patentear novamente a ambição de D. João I, desvela mais uma faceta pouco positiva do Mestre de Avis. D. João I desposou D. Filipa sem que tivesse ainda obtido a autorização papal para tal. Se bem que as relações ilegítimas não fossem incomuns à época, subentende-se das palavras do cronista tratar-se, neste caso particular, de uma grave falta³⁷:

«pero el Duque de Alencastre, desde que vió que su fija era ya en poder del dicho Maestre Davis, cató las mejores maneras que pudo sobre esto, é aunque estovieron algunos dias non bien acordados, enpero finalmente quedó que el Maestree Davis enviase por la dispensacion muy afincadamente, para poder tener por su muger legítima á la dicha Doña Phelipa»³⁸.

A traição do Mestre de Avis ao juramento de fidelidade ao rei D. Juan I é anunciada pelo cronista imediatamente aquando da notícia da morte de D. Fernando:

«E el primer ome del Regno de Portugal que le escribió como el Rey Don Ferrando era finado, é que acuciase su camino en ir á tomar el Regno de Portugal, que pertenescia de derecho á la Reyna Doña Beatriz su muger, fué Don Juan Maestre Davis,

34. *Ibidem*, p. 214.

35. «el Maestre Davis (...) estaba en acuerdo de aventurar todo su fecho por batalla (...), é con aquella dicha que los suyos ovieron en la pelea de Trancoso contra gentes del Rey de Castilla, estaba el dicho Maestre Davis, é los de su partida, orgullosos é soberbios» (*ibidem*, p. 223).

36. «é que si el dicho Duque de Alencastre ganase é cobrase los dichos Regnos de Castilla é de Leon, que diese ciertas villas e logares dellos al Maestre Davis, é otrosi todo lo que montase el sueldo e despensas que ficiese en aquella cabalgada» (*ibidem*, p. 251).

37. A nossa interpretação decorre do facto de o cronista descrever as pazes entre D. Juan I e o Duque de Lencastre, acordando-se o casamento entre a Infanta D. Catalina, filha do Duque, e o Infante D. Enrique, futuro Enrique III.

38. *Ibidem*, p. 270.

hermano del Rey Don Ferrando de Portugal, que después se llamó Rey de Portugal, segund adelante oyredes»³⁹.

A traição do Mestre é também evidenciada antes da Batalha de Aljubarrota no diálogo entre os mensageiros de D. Juan I e D. Nuno Álvares Pereira:

«é dixeronle, que bien sabia como su señor el Maestre Davis, é todos los que y eran con él, ficieran jura sobre el Cuerpo de Dios al Rey de Castilla su señor aver, é rescebir (...) é que este juramento ficiera el Maestre Davis, que ellos llamaban Rey, é todos los Grandes que alli eran aquel dia con él»⁴⁰.

Da leitura da *Crónica*, salienta-se a referência a outras figuras preeminentes que traem o juramento de aceitar como reis D. Juan I e D. Beatriz. A própria rainha D. Leonor Teles, proposta como Regedora do reino até ao nascimento de um herdeiro da sua filha D. Beatriz, é apresentada como traidora porquanto, segundo o cronista, envia cartas aos seus familiares pedindo-lhes que se recusem a receber D. Juan I, facto que leva à sua prisão⁴¹. Com efeito, o cronista narra-nos que Gonçalo Mendes de Vasconcelos, tio de D. Leonor Teles, o Conde D. Gonçalo, irmão de D. Leonor Teles, e o Mestre de Cristo em Tomar, sobrinho de D. Leonor Teles, não saem a receber D. Juan I e que se recusam a acolhê-lo «en los logares que tenian; antes mostraron bien que non les placia con él»⁴², podendo esta atitude interpretar-se também como uma traição.

Os portugueses, enquanto colectivo, são maioritariamente apresentados como traidores. Quando Alfonso López se encontra em Lisboa para aferir a fidelidade dos Grandes do Reino à rainha D. Beatriz e conseqüentemente ao rei D. Juan I, o cronista afirma claramente que havia quem dissesse pretender guardar os tratos sem que tivesse vontade de os guardar: «é ellos le respondieron diciendo que su voluntad era de aver por su Reyna é señora a á la Reyna Doña Beatriz (...). Enpero avia algunos, que manguer asi lo decian, non lo tenian en voluntad»⁴³.

Em diversos episódios, em que a facção do Mestre de Avis tenta conquistar cidades ou vilas que haviam jurado fidelidade aos castelhanos, a conquista verifica-se porque os habitantes quebram o juramento de fidelidade feito a Castela. Noutros casos, são os próprios alcaides ou meirinhos que abandonam o local, facilitando a conquista por parte da facção do Mestre de Avis. Em Ponte de Lima, o meirinho Lope Gómez de Liria é

39. *Ibidem*, p. 175.

40. *Ibidem*, p. 228.

41. *Ibidem*, p. 192.

42. *Ibidem*, p. 187.

43. *Ibidem*, p. 182.

traído por portugueses que dão as portas da vila ao Mestre que assim a conquista⁴⁴. Os moradores de Mértola traem Fernando Dantes e entregam a cidade «aos de Portugal»⁴⁵. O alcaide de Santarém, depois da batalha de Aljubarrota e assim que D. Juan I parte, abandona a cidade apesar de ter recebido a incumbência de a guardar, facilitando a entrada das tropas leais ao Mestre de Avis⁴⁶.

Noutros episódios, os portugueses, enquanto colectivo, são apresentados como oportunistas e interesseiros, traindo o juramento de fidelidade porque não são compensados monetariamente. Quando D. Juan I está na cidade da Guarda, vários Cavaleiros e Fidalgos quebraram o juramento por avareza:

«e como quier que estos Caballeros é Fijos dalgo de Portogal vinieron al Rey en la cibdad de la Guardia, enperonon se contentaban del acogimiento que en el Rey fallaron, é otrosi porque el Rey non les daba luego dineros; (...). Otrosi non se contentabn del Rey, por quanto era ome de pocas palabras (...) é tan aina como vinieron á él, tan aina comenzaron de tratar entresí por se partir dél, segund que lo ficieron adelante los mas dellos»⁴⁷.

À medida que o conflito entre ambas as facções se agudiza e a facção portuguesa ganha terreno, cavaleiros e outras gentes de Santarém, Torres Vedras, Torres Novas, Óbidos, Alenquer, Sintra e outros lugares abandonam a facção castelhana porque deixam de receber os pagamentos prometidos pelo apoio: «cada dia le dexaban por quanto avia grand tiempo que no eran pagados de su sueldo: é que todos esperaban que el Rey les levaria paga de lo que les era debido»⁴⁸.

3. NOTA FINAL

Do levantamento das referências aos portugueses feitas na *Crónica de D. Juan I* fica patente que, muito embora apresente os portugueses como traidores e interesseiros e reitere em diversos momentos a ambição de D. João I, Mestre de Avis, o cronista não vilipendia o adversário dos castelhanos. Da análise da Crónica, torna-se evidente a economia de adjectivações, facto que atribui ao discurso do cronista um tom de objectividade.

44. «pero algunos portogueses que eran con él dieron la puerta de la villa al Maestre Davis, que se llamaba Rey de Portogal, e después fue el dicho Lope Gomez de Liria combatido (...). E así ganó el dicho Maestre Davis todos los otros logares de aquella comarca» (*ibidem*, p. 217).

45. «é que la avian tomado los de Portogal, ca ge la dieran los vecinos que y moraban, é que tenían cercado el dicho castillo de Mértola» (*ibidem*, p. 220).

46. «Pero el alcaide, desde que vió al Rey partido de Santarén, non se atrevió a defender el alcazar, é partió dende» (*ibidem*, p. 235).

47. *Ibidem*, p. 181.

48. *Ibidem*, p. 223.

As omissões, intencionais em palavras de Ferro⁴⁹ (1990b), conduzem-nos as diferentes interpretações e o estilo pouco acutilante, por que opta o cronista, suaviza a imagem negativa dos portugueses.

Tendo em conta outros episódios da Crónica que aqui não foram referidos porquanto não se enquadram na temática que nos propusemos tratar, parece-nos que o cronista deixa uma crítica velada à actuação do monarca castelhano, D. Juan I, denotando alguma simpatia pelos portugueses. De facto, segundo García⁵⁰

«la médiocrité de ce roi et les catastrophes que provoque sa totale absence de sens politique ne laisse place chez un chroniqueur, à la fois témoin et victime, qu'à une approche fondée essentiellement sur une dénonciation permanente et souvent explicite des errements du souverain».

Consideramos, no entanto, que devido ao desempenho de funções institucionais o cronista não pode criticar abertamente o monarca que serve e necessita legitimar os erros políticos do seu soberano. Portanto, recorrendo a omissões e algumas caracterizações negativas da facção contrária, o cronista desculpabiliza as erróneas opções políticas e estratégicas do monarca castelhano.

Assim, se justifica, na nossa óptica, que o cronista denigra, ainda que não com a acutilância expectável para relatos cronísticos de conflitos bélicos, a imagem dos principais opositores ao seu rei: D. João I, Mestre de Avis, e os portugueses.

49. Ferro, «Ayala y Aljubarrota...», pp. 58-64.

50. García, «Crónica del rey don Juan Primero...», pp. 302-303.